

DA INSPEÇÃO ESCOLAR PRIMÁRIA À SUPERVISÃO DE ENSINO: CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA DA ESCOLA NO BRASIL

Nome Completo do/a Autor/a¹: Simone Mateus

¹ Universidade Estadual Paulista. E-mail:simone.mateus@unesp.br

Linha de Pesquisa/Eixo Temático: Filosofia e História da Educação no Brasil

Palavras-chave: inspeção escolar. supervisão de ensino. história da escola.

INTRODUÇÃO

A inspeção escolar constitui uma importante dimensão da organização histórica da escola pública brasileira, especialmente no que se refere às formas de acompanhamento, regulação e controle do ensino. No estado de São Paulo, as funções atribuídas aos inspetores escolares acompanharam as transformações da escolarização e da administração educacional ao longo do século XX. Nesse processo, a passagem da inspeção escolar primária para a supervisão de ensino não representou apenas uma mudança de nomenclatura, mas uma reconfiguração de funções, atribuições e formas de acompanhamento das instituições escolares.

A presente pesquisa, intitulada *Da inspeção escolar primária à supervisão de ensino (1951–1978): mudanças e permanências na organização do ensino paulista*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília, insere-se no campo da História da Educação e busca compreender essa transformação em sua dimensão histórica. O recorte temporal compreende o período de 1951 a 1978, tendo como marco inicial a Lei Estadual nº 1.391, de 21 de dezembro de 1951, que instituiu o cargo de Inspetor Primário no Quadro do Ensino do Estado de São Paulo, e como marco final a Lei Complementar nº 201, de 1978, que consolidou a denominação de Supervisor de Ensino. Entre esses marcos, destaca-se a Lei Complementar nº 114, de 13 de novembro de 1974, que criou o cargo de Supervisor Pedagógico, evidenciando o processo de transformação das funções relacionadas ao acompanhamento das escolas.

A relevância da investigação está na possibilidade de compreender a constituição da supervisão de ensino para além de uma perspectiva estritamente administrativa ou normativa, situando-a no processo histórico de construção e expansão da escola pública. A História da Escola permite

articular normas, práticas, sujeitos, espaços, saberes e materiais que constituem historicamente a instituição escolar. Dussel (2014) compreende a escola moderna como resultado de processos históricos de organização de práticas, saberes e formas institucionais específicas, enquanto Viñao Frago (2008) entende a escolarização como processo historicamente situado e relacionado às condições sociais, políticas e culturais de cada contexto.

A problemática da pesquisa concentra-se na seguinte questão: como as transformações ocorridas na organização da escola e da administração educacional paulista contribuíram para a reconfiguração das funções da inspeção escolar e para a constituição da supervisão de ensino entre 1951 e 1978? Parte-se da hipótese de que essa passagem não ocorreu como ruptura absoluta, mas como processo marcado pela articulação entre mudanças e permanências. Assim, a incorporação de atribuições pedagógicas à supervisão não teria eliminado funções anteriormente associadas à inspeção, especialmente aquelas relacionadas ao controle, à fiscalização, à orientação normativa e ao acompanhamento das unidades escolares.

O objetivo geral é analisar historicamente as mudanças e permanências nas funções atribuídas à inspeção escolar e à supervisão de ensino no estado de São Paulo, entre 1951 e 1978, relacionando-as às transformações da escola pública e da administração educacional paulista. Especificamente, busca-se compreender as condições históricas que contribuíram para a reconfiguração da inspeção; identificar permanências e transformações nas atribuições dos inspetores e supervisores; e analisar a relação dessas mudanças com o processo de expansão e complexificação da escola pública paulista.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como estudo histórico-documental, de abordagem qualitativa, fundamentado na análise de legislações educacionais, documentos normativos e bibliografia especializada sobre História da Educação, História da Escola, escolarização, cultura escolar e cultura material escolar. O percurso metodológico compreende o levantamento, a seleção e a análise de documentos legais relacionados à organização da administração educacional paulista, especialmente aqueles que regulamentaram as funções de inspeção escolar, supervisão pedagógica e supervisão de ensino no período investigado.

A análise documental é articulada ao estudo da produção historiográfica sobre a constituição da escola moderna e da escola pública, buscando estabelecer relações entre as prescrições legais

e os processos históricos de organização do ensino. O referencial teórico fundamenta-se nas contribuições de Dussel (2014), Viñao Frago (2008), Julia (2001), Silva (2006), Vidal (2009; 2017) e Alcântara (2022; 2024). Esses autores possibilitam compreender a escola como instituição historicamente produzida, constituída por normas, práticas, sujeitos, tempos, espaços, saberes e objetos materiais. A análise procura identificar permanências, rupturas e reconfigurações nas funções atribuídas aos inspetores e supervisores, articulando a dimensão normativa às práticas e aos processos históricos que constituíram a escola pública paulista.

ANÁLISE PARCIAL OU FINAL DOS RESULTADOS OBTIDOS

As análises desenvolvidas indicam que a passagem da inspeção escolar para a supervisão de ensino integrou um processo mais amplo de reorganização da escola pública e da administração educacional paulista. Os resultados apontam que essa passagem não ocorreu de forma abrupta nem representou uma ruptura completa entre duas formas distintas de atuação. Observa-se, ao contrário, uma reconfiguração de funções anteriormente associadas à inspeção, que adquiriram novos sentidos diante da expansão e da complexificação do sistema educacional.

A partir de Dussel (2014), compreende-se que a escola moderna resulta de uma construção histórica na qual normas, saberes, práticas e sujeitos se articulam na constituição de determinados modelos de escolarização. Nessa perspectiva, inspeção e supervisão podem ser entendidas como mecanismos institucionais vinculados à organização, regulação e acompanhamento da escola. Viñao Frago (2008) permite ampliar essa análise ao relacionar os processos de escolarização às condições sociais, políticas e culturais de cada período. As mudanças ocorridas na administração educacional paulista entre as décadas de 1950 e 1970 podem, assim, ser relacionadas à expansão da rede pública, ao aumento da complexidade administrativa e à necessidade de novos mecanismos de acompanhamento das instituições.

As contribuições de Julia (2001) e Silva (2006) permitem compreender que reformas institucionais não produzem necessariamente mudanças imediatas nas práticas escolares. A cultura escolar é constituída historicamente por normas, práticas e formas de organização que podem permanecer diante de alterações legislativas. Nesse sentido, embora a supervisão tenha incorporado progressivamente atribuições pedagógicas, permaneceram funções relacionadas ao acompanhamento das normas, à fiscalização e ao controle das unidades escolares.

As reflexões de Vidal (2009) contribuem para compreender a distância entre prescrições normativas e práticas cotidianas. A legislação estabelece funções e responsabilidades, mas sua concretização ocorre em contextos institucionais específicos. Inspetores e supervisores podem ser compreendidos como sujeitos que atuaram na mediação entre as determinações administrativas e as condições concretas das escolas. A cultura material também constitui dimensão relevante. Vidal (2017) e Alcântara (2022; 2024) demonstram que a expansão da escolarização envolveu a ampliação de edifícios, mobiliários, equipamentos, materiais didáticos e outros artefatos escolares. Dessa forma, o acompanhamento das condições de funcionamento das escolas integrava uma concepção mais ampla de administração educacional. Os resultados permitem identificar, portanto, três temporalidades articuladas ao objeto: a constituição da escola moderna e dos sistemas de ensino; a expansão e organização da escola pública paulista; e as transformações da administração educacional entre 1951 e 1978. Essas temporalidades evidenciam que a supervisão não surgiu como ruptura absoluta em relação à inspeção, mas como reconfiguração histórica de funções, práticas e responsabilidades. A mudança de denominação e a incorporação de atribuições pedagógicas não eliminaram imediatamente as dimensões de controle, fiscalização e regulação presentes na atuação anterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidencia que a passagem da inspeção escolar primária para a supervisão de ensino, no estado de São Paulo, constituiu processo histórico marcado simultaneamente por mudanças e permanências. Entre 1951 e 1978, as transformações administrativas e pedagógicas do sistema educacional paulista estiveram relacionadas à expansão da escolarização e à crescente complexificação da rede pública.

O diálogo com os referenciais da História da Escola possibilitou compreender que inspeção e supervisão não podem ser analisadas isoladamente das transformações ocorridas na própria instituição escolar. Os resultados indicam que a constituição da supervisão envolveu a incorporação de novas atribuições, especialmente relacionadas ao acompanhamento pedagógico, sem eliminar completamente funções anteriormente associadas à inspeção, como fiscalização, controle e acompanhamento das normas educacionais.

A pesquisa contribui para compreender a supervisão de ensino como construção histórica vinculada à constituição da escola pública e dos sistemas educacionais. A trajetória entre

inspeção e supervisão revela os modos pelos quais o Estado organizou, acompanhou e regulou a escolarização paulista ao longo do século XX. Como continuidade da investigação, pretende-se aprofundar a análise de documentos produzidos por inspetores e supervisores, relatórios, periódicos educacionais e outros vestígios que permitam aproximar as prescrições legais das práticas efetivamente desenvolvidas nas escolas.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Wiara Rosa. Estudos sobre escolarização, cultura material e história da escola. 2022; 2024.
- DUSSEL, Inés. Estudos sobre a escola moderna e sua constituição histórica. 2014.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, 2001.
- SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. 2006.
- VIDAL, Diana Gonçalves. Estudos sobre práticas escolares e cultura escolar. 2009.
- VIDAL, Diana Gonçalves. Estudos sobre cultura material escolar e história da educação. 2017.
- VIÑAO FRAGO, Antonio. Estudos sobre escolarização, cultura escolar e história da educação. 2008.